

CONTRATO RETIFICADO DE Nº 011/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GIRAU DO PONCIANO/ALAGOAS E A EMPRESA CIRURGICA FERNANDES COMÉRCIO MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES SOCIEDADE LIMITADA LTDA PARA A AQUISIÇÃO DE BENS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GIRAU DO PONCIANO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 12.207.536/0001-61, com sede na Rua José Alexandre, nº. 155, Centro, Girau do Ponciano, Estado de Alagoas, CEP 57.360-000, neste ato representada por seu prefeito, senhor David Ramos de Barros, portador do RG nº. 1.762.576 SSP/AL e inscrito no CPF nº 007.504.604-07; **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GIRAU DO PONCIANO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 11.277.599/0001-21, com sede na Rua da Matriz, nº. 78, centro, Girau do Ponciano, Estado de Alagoas, CEP 57.360-000, neste ato representado pela SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Senhora Maria Gorete Santos Santana, portadora do RG nº. 892.013 SSP/AL e inscrita no CPF nº. 606.233.904-00; doravante denominados apenas **CONTRATANTES**.

CONTRATADA: A empresa **CIRURGICA FERNANDES COMÉRCIO MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES SOCIEDADE LIMITADA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 61.418.042/0001-31 e estabelecida NA RUA ALAMEDA ÁFRICA, 570, LOTE Y, TAMBORÉ, SANTANA DE PARNAÍBA / SP, CEP: 06.543-306, representada por seu sócio administrador, Sr. Luiz Antônio Fernandes, portador do RG nº. 3.617.307 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 533.032.458-00, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social doravante denominada apenas **CONTRATADA**;

Os **CONTRATANTES**, nos termos do processo administrativo nº 549/2020, inclusive o parecer número 109/2020-PMGP e em observância às disposições da Lei no 8.666, de 1993, e da Lei no 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, do Decreto Municipal 10/2020 de 20 de Março de 2020 e da Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019; celebram o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição **de insumos e correlatos para o município de Girau do Ponciano/AL, em decorrência da pandemia do COVID-19**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Ofício nº 049/2020-SMS/GS de 30 de março de 2020, o mesmo integra este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9.	CLAMP UMBILICAL TAMANHO ÚNICO	UND	200	R\$0,227115	R\$45,423
12.	ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 10CM X 4,5M	UND	1.200	R\$5,824	R\$6.988,80
14.	FIO MONONYLON 3-0 C/ AGULHA	UND	720	R\$1,2922	R\$930,384
16.	GEL PARA ULTRASSONOGRÁFIA I L	FR	78	R\$8,603	R\$671,034
20.	PAPEL LENÇOL HOSPITALAR DESCARTAVEL 70CMX50M, ACABAMENTO GOFRADO E	RL	720	R\$7,638	R\$5.499,36



586
PPE

EMBALADO INDIVIDUALMENTE					
21.	SCALP 19	UND	4.000	RS0,19	RS\$760,00
22.	SCALP 27	UND	2.500	RS0,19	RS\$475,00
23.	SERINGA 10 ML C/ AGULHA	UND	18.000	RS0,3255	RS\$5.859,00
24.	SERINGA 1 ML C/ AGULHA 13 X 4,5	UND	27.000	RS0,20948	RS\$5.655,96
25.	SERINGA 5 ML C/ AGULHA	UND	24.000	RS0,1995	RS\$4.788,00
28.	SONDA DE FOLEY Nº 18 C/ 2 VIAS	UND	200	RS2,50	RS\$500,00
29.	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 06	UND	100	RS0,50	RS\$50,00
30.	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 12	UND	100	RS0,50	RS\$50,00
31.	SONDA NASOGASTRICA CURTA Nº 14	UND	100	RS0,50	RS\$50,00
32.	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 06	UND	100	RS0,65	RS\$65,00
33.	SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº 10	UND	100	RS0,65	RS\$65,00
34.	SONDA URETRAL Nº 10	UND	400	RS0,50	RS\$200,00
35.	SONDA URETRAL Nº 12	UND	2.600	RS0,50	RS\$1.300,00
36.	SONDA URETRAL Nº 14	UND	400	RS0,50	RS\$200,00
37.	SONDA URETRAL Nº 16	UND	400	RS0,57	RS\$228,00
39.	AGULHA 40 X 12	CX	150	RS8,3055	RS\$1.245,825
40.	AGULHA 30 X 8	CX	150	RS7,00822	RS\$1.051,233
42.	CATETER 20	CX	120	RS65,64	RS\$7.876,80
43.	CATETER 22	CX	120	RS64,954	RS\$7.794,48
44.	ESCALP 21	CX	120	RS19,00	RS\$2.280,00
45.	ESCALP 23	CX	180	RS19,00	RS\$3.420,00
56.	ESCOVA CERVICAL	UND	4.000	RS0,1381	RS\$552,40
57.	ESPECULO VAGINAL P	UND	1500	RS0,77883	RS\$1.168,245
58.	ESPECULO VAGINAL M	UND	2.400	RS0,85245	RS\$2.045,88
59.	ESPECULO VAGINAL G	UND	600	RS1,00849	RS\$605,094
60	ESPATULA DE AYRES C/100	PCT	180	RS 7,1785	RS\$1.292,13
69	FITA MICROPOROSA 10CM X 4,5M	UND	450	RS6,4827	RS\$2.917,215
70	CATETER 24	CX	35	RS75,00	RS\$2.625,00
71	ESCALPE 25	CX	20	RS19,00	RS\$380,00
72	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 6	UND	1.200	RS0,54	RS\$648,00
73	AGULHA 25 X 6	CX	90	RS7,00822	RS\$630,7398

Página 2 de 9



581

APE

74	AGULHA 13X 4,5	CX	90	R\$7,00822	R\$630,7398
75	LAMINA DE BISTURI Nº 22	CX	12	R\$23,00	R\$276,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. Este Termo de Contrato tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente ano, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei no 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ 71.820,75 (SETENTA E UM MIL E OITOCENTOS E VINTE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para atender a esta licitação, se e quando necessárias, estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Girau do Ponciano para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Secretaria Municipal de SAÚDE;

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.0100.10.122.0001.3009 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.0100.10.301.0001.3001 – MANUTENÇÃO DO BLOCO DA ATENÇÃO BÁSICA

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.0100.10.302.0001.3003 – MANUTENÇÃO DO BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.0100.10.301.0005.3007 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

NATUREZA DA DESPESA:

3.3.3.9.0.30.00.00.0000 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSO:

0010.00.000 RECURSOS PRÓPRIOS

0400.00.000 RECURSOS PRÓPRIOS

us
Amh
APE
te



582

JRE

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, através transferência ou ordem bancária para crédito na conta da CONTRATADA no Banco BRASIL, AGÊNCIA 3355-3, CONTA CORRENTE 301097-X e BANCO DO BRADESCO, AGÊNCIA 3394-4, CONTA CORRENTE 20-5.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação.

5.7. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

5.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

us
JRE
JRE



583
PPE

5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O prazo de entrega dos bens, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa parcelada, bem como os seus locais de entrega, são aqueles indicados no Termo de Referência da licitação que originou esta contratação.

7.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser realizada dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO



584

[Handwritten signature]

8.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, a realização do acompanhamento e fiscalização da entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados será realizada pelo senhor Ana Paula Moura Pinheiro, Coordenadora de Assistência Farmacêutica.

8.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, oportunamente designados pela autoridade competente.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência que originou esta contratação;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado;

9.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.3.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, quantitativos, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.3.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.



9.3.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste contrato, o objeto com avarias ou defeitos;

9.3.4. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;

9.3.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10. CLÁUSULA DEZ – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei no 8.666, de 1993, da Lei no 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, a Contratada que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não mantiver a proposta;

10.1.7. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

10.1.8. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

10.1.9. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2. multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.3. multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.



586
APE

10.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.6. impedimento de licitar e contratar com o Município de Girau do Ponciano pelo prazo de até cinco anos;

10.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11. CLÁUSULA ONZE – RESCISÃO

11.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com ou em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DOZE – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;

us

APPE

A



587
PP

12.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA TREZE – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE segundo as disposições contidas na Lei no 8.666, de 1993, na Lei no 10.520, de 2002, e nas demais normas de licitações e contratos administrativos, além de, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei no 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA QUATORZE – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na imprensa oficial, no prazo previsto na Lei no 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA QUINZE - FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Girau do Ponciano/AL.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo Aditivo foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Girau do Ponciano/AL, 23 de abril de 2020.


DAVID RAMOS DE BARROS
PREFEITO
CONTRATANTE

Assinado de forma digital por LUIZ ANTONIO
ANTONIO FERNANDES:53303245800 FERNANDES:533032458
Dados: 2020.05.06 17:58:55 -03'00 00

CIRURGICA FERNANDES C. MAT. HO.
SO. LTDA
CNPJ: 61.418.042/0001-31
CONTRATADO


MARIA GORETE SANTOS SANTANA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE


ANA PAULA DE MOURA PINHEIRO
FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS

Nome: *Rezene Rodrigues dos Santos*
CPF nº: *074.610.684-07*

Nome: *Lena Salveina Oliveira de Almeida*
CPF nº: *132.634.284-38*